

DOCUMENTO DEL BANCO INTERAMERICANO DE DESARROLLO

BRASIL

**LINHA DE CRÉDITO CONDICIONAL PARA PROJETOS DE INVESTIMENTO
(CCLIP)**

**PROJETO DE MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO FISCAL DO ESTADO DO AMAPÁ
(PROFISCO II/AP)**

(BR-L1525)

PERFIL DE PROYECTO

Este documento fue preparado por el equipo compuesto por: José Tostes (FMM/CBR), Chefe de Equipe; José Tostes (FMM/CBR), Chefe de Equipe; Andres Munoz, Co-chefe; Monica Calijuri, Lorena Kevish (IFD/FMM); David Salazar e Fabia Bueno (FMP/CBR); Krysia Avila (LEG/SGO); Leonardo Fernandes (CSC/CBR); e Marcio Cracel (consultor).

De conformidad con la Política de Acceso a Información, el presente documento está sujeto a divulgación pública.

PERFIL DE PROJETO

BRASIL

I. DADOS BÁSICOS

Nome do Projeto:	Projeto de Modernização da Gestão Fiscal do Estado do Amapá (PROFISCO II/AP)	
Número do Projeto:	BR-L1525	
Equipe de Projeto:	José Tostes (FMM/CBR), Chefe de Equipe; Andres Munoz, Co-chefe; Monica Calijuri, Lorena Kevish (IFD/FMM); David Salazar e Fabia Bueno (FMP/CBR); Krysia Avila (LEG/SGO); Leonardo Fernandes (CSC/CBR); e Marcio Cracel (consultor)	
Mutuário da operação:	Estado do Amapá	
Órgão Executor da operação:	Estado do Amapá, por meio da Secretaria da Fazenda (SEFAZ)	
Fiador:	República Federativa do Brasil	
Plano Financeiro:	BID: Capital Ordinário (CO)	US\$30 milhões
	Contrapartida Local:	US\$3 milhões
	Total	US\$33 milhões
Salvaguardas:	Políticas identificadas: OP-102, B.1, B.2, B.3, B.7 e B17 Classificação: C	

II. JUSTIFICATIVA GERAL E OBJETIVOS

- 2.1 A presente operação faz parte da CCLIP-PROFISCO II (BR-X1039), denominada Programa de Modernização da Gestão Fiscal no Brasil, que tem como objetivo contribuir à sustentabilidade fiscal, através de: (i) modernização da gestão fazendária; (ii) melhora da administração tributária; e (iii) melhora da gestão go gasto público. A CCLIP-PROFISCO II foi aprovada pelo Diretório Executivo do Banco em dezembro de 2017 (PR-4546). Nesse contexto se enquadra a presente operação individual, que será executada na modalidade de investimento no período de 5 anos.
- 2.2 O estado do Amapá teve uma operação individual aprovada para participar da CCLIP-PROFISCO I (BR-X1005)¹, entretanto não teve autorização outorgada pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN) para assinatura do contrato de empréstimo, por não atender a um dos requisitos da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF)² referente ao limite de gasto com pessoal do Poder Legislativo. Atualmente, o estado se encontra adimplente com todos os requerimentos da

¹ BR-L1242, aprovada pela Diretoria do Banco em 12 de dezembro de 2013 (PR-4124).

² Lei Complementar Nº 101, de 4 de maio de 2000.

LRF. Atualmente, o estado se encontra adimplente com todos os requerimentos da LRF. Adicionalmente, o estado executou satisfatoriamente, através da sua Secretaria de Fazenda (SEFAZ/AP), o Programa de Modernização das Receitas e Gestão Financeira e Patrimonial do Estado do Amapá (PMAE/AP) com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES)³.

- 2.3 **Cumprimento dos critérios de elegibilidade.** O presente projeto é a nona operação individual da PROFISCO II (BR-X1039) aprovada pela Diretoria mediante a Resolução DE-113/17, e atende aos critérios de elegibilidade da política do Banco relativa a CCLIPs (GN-2246-9, ¶1.19) e suas diretrizes operacionais (GN-2246-11, ¶3.7), dado que: (i) se insere no setor e componentes da CCLIP PROFISCO II, com intervenções na gestão fiscal do estado consistentes com a Estratégia de País com o Brasil 2016-2018 (GN-2850)⁴ e o programa nacional; (ii) será incorporada na programação do Banco com o Brasil⁵; e (iii) o Órgão Executor executou o PMAE/AP, operação similar ao PROFISCO, cujo relatório final mostrou que os objetivos do projeto foram alcançados satisfatoriamente, com os recursos 100% desembolsados. A unidade de coordenação deste projeto será a mesma que executou o PMAE/AP. Ademais, cumprem-se os critérios da PROFISCO II (documento PR-4546, ¶1.23, b) visto que o estado é um dos mutuários elegíveis e já conta com recomendação favorável pela Comissão de Financiamentos Externos - COFIE⁶.
- 2.4 **O país vem enfrentando nos últimos 5 anos significativos desafios para manter sua economia em um ritmo de crescimento sustentável.** O Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro contraiu 3,2% em 2015 e 3,3% em 2016. Em 2017 e 2018 o PIB apresentou uma leve recuperação, crescendo 1,1% em cada ano⁷. Como resultado, a receita tributária teve uma perda de aproximadamente três pontos percentuais do PIB entre 2013-2017 (34,5% e 31,6%). Os gastos públicos aumentaram de 37,4% do PIB em 2013 a 41,6% em 2017. O resultado primário alcançou um déficit de 2,5% e 1,9% do PIB em 2016-2017. A dívida passou de 60% do PIB em 2013 a 78,6% em 2016, e se prevê que alcançará 96% em 2023⁸.
- 2.5 **O efeito da crise foi ainda maior sobre a atividade econômica do Amapá.** O PIB amapaense (PIB-AP) caiu 5,5% em 2015 e 4,2% em 2016⁹, com uma recuperação de 0,8% e 2,8% em 2017 e 2018, respectivamente. O Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), principal fonte de recursos tributários, apresentou sucessivas quedas entre 2014 e 2017 como porcentagem do PIB-AP (6,34%; 5,61%; 4,88% e 5,03%), com uma leve recuperação em 2018 a 5,33% do PIB-AP. Por outro lado, o gasto com pessoal apresentou um crescimento no período 2015 a 2018 (15,68% a 17,34% do PIB-AP). Como consequência, o estado vem apresentando resultados primários deficitários entre os anos 2013 e 2016 (0,87% a 3,14% do PIB-AP), com uma recuperação em 2017 e 2018, que somente foi possível com a diminuição dos investimentos

³ Contrato Nº 09.20130.1 de 5 de abril de 2013, concluído em dezembro de 2018, de acordo com o Relatório Conclusivo do Projeto PMAE/AP-2019.

⁴ Ainda vigente, até que se aprove a nova Estratégia, atualmente em aprovação.

⁵ Tal inclusão deverá acontecer antes da preparação do POD.

⁶ RESOLUÇÃO Nº 02/0133, de 7 de dezembro de 2018.

⁷ [IBGE-2018](#) (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

⁸ [FMI, 2018](#).

⁹ IBGE-PIB Amapá 2016.

públicos, que apresentaram uma queda de 3,76% a 1,13% do PIB-AP entre 2013-2018¹⁰. O Amapá está com Rating “B” na classificação do Tesouro Nacional¹¹.

Tabela 1. Dados Fiscais (% do PIB-AP)

Anos	2013	2014	2015	2016	2017	2018*
Receita Total	28,43	30,33	28,64	24,71	28,90	29,75
Receitas de Transferências	21,62	22,72	22,21	17,97	21,70	21,51
Fundo de Participação dos Estados (FPE)	16,97	18,49	18,80	16,97	19,15	19,06
Outras (Educação/Saúde)	4,65	4,23	3,41	1,00	2,55	2,46
Receita Própria	6,80	7,61	6,43	6,74	7,20	8,24
ICMS	5,86	6,34	5,61	4,88	5,03	5,33
Outros	0,95	1,27	0,82	1,86	2,16	2,91
Despesas de Transferências aos Municípios	1,68	1,83	1,68	1,50	1,51	1,56
Gastos Correntes	27,62	29,59	27,29	26,35	25,86	25,59
Pessoal ativo/pensionista	15,08	16,75	15,68	18,05	17,30	17,34
Investimentos	3,76	3,05	3,17	0,98	1,53	1,13
Resultado Primário	-0,87	-1,09	-0,32	-3,14	1,52	2,60
Serviço da Dívida	2,64	1,12	1,47	1,60	1,48	1,54
Estoque da Dívida	16,61	18,53	20,61	19,85	18,62	16,49
PIB Crescimento %	2,9	3,0	-5,5	-4,2	0,8	2,8

*Fonte: SIPLAG - Publicado em 22/01/2019.

- 2.6 **Justificativa.** O Amapá é a terceira menor economia entre os 26 estados brasileiros e o Distrito Federal¹². Seu principal ingresso são as receitas de transferências¹³, que no período 2014-2018 apresentou uma média de aproximadamente 21% do PIB/AP, representando 75% da receita total. Esta dependência faz com que as oscilações que ocorrem na economia do país tenham um forte impacto no panorama econômico e fiscal do estado. O estado necessita diminuir esta debilidade, com a geração de espaço fiscal em um ambiente sustentável que possibilite alavancar os investimentos para estimular o crescimento de sua economia.
- 2.7 Nesse contexto, o Estado do Amapá, solicitou ao Banco apoio para mitigar os principais problemas e causas que afetam o alcance do equilíbrio fiscal do estado, conforme apresentado a seguir¹⁴:
- 2.8 **Na Gestão Fazendária e Transparência Fiscal:** (i) A gestão estratégica apresenta deficiências no planejamento, na avaliação de desempenho institucional e no gerenciamento de riscos¹⁵; (ii) a gestão de pessoas apresenta baixo aproveitamento das competências dos recursos humanos comprometendo

¹⁰ Apesar da sua situação fiscal instável, de acordo com relatório da STN 2019, o estado do Amapá foi considerado com a melhor situação fiscal entre os estados.

¹¹ Boletim de Finanças Públicas dos Entes Subnacionais 2018 – Secretaria do Tesouro Nacional – Ministério da Fazenda.

¹² IBGE-PIB-US\$4,3 bilhões, PIB/per capita-US\$5,200, população-830,000 habitantes.

¹³ Da União para os estados (art. 159 da Constituição Federal).

¹⁴ O diagnóstico considerou a [Avaliação da Maturidade e Desempenho da Gestão Fiscal \(MD-GEFIS\)](#).

¹⁵ [Modelo de Gestão Fiscal](#) - Aproximadamente 260 processos são realizados manualmente; somente os riscos da LRF são avaliados.

a qualidade da prestação de serviços¹⁶; (iii) o parque tecnológico responsável pela manutenção dos diversos sistemas de gestão apresenta vulnerabilidades¹⁷; e (iv) os mecanismos de transparência e educação fiscal, disponíveis para a sociedade, contam com informação insuficiente, de difícil compreensão e contextualização¹⁸.

- 2.9 **Na Administração Tributária e Contencioso Fiscal.** Ineficácia nos instrumentos que apoiam a gestão e política tributária¹⁹. (i) dificuldade para os contribuintes realizarem de forma eficaz e oportuna os procedimentos de cumprimento das suas obrigações tributárias²⁰; (ii) perda de ingressos pela incapacidade de realizar ações de fiscalização de forma efetiva para todos os contribuintes do estado²¹; (iii) perda de receitas na gestão do contencioso fiscal e da dívida ativa dos contribuintes²²; (iv) ineficácia no atendimento aos contribuintes para o cumprimento de suas obrigações tributárias²³; e (v) baixa eficiência dos processos de arrecadação e controle do crédito tributário²⁴.
- 2.10 **Na Administração Financeira e Gasto Público.** (i) ineficiências na gestão do investimento público²⁵; (ii) deficiência nos instrumentos de gestão financeira²⁶; (iii) insuficiente informação contábil oportuna e confiável para a tomada de decisão²⁷; (iv) insuficiente controle da dívida pública e no seu direcionamento estratégico²⁸; e (v) ineficiência na gestão da qualidade do gasto, com desperdício de recursos públicos²⁹.

¹⁶ [Gestão de Pessoas](#) – Nenhum dos 352 funcionários foi capacitado com base em uma avaliação de competência.

¹⁷ [Gestão de TI](#) – O ambiente tecnológico apresentou 232,5 horas de indisponibilidade por ataques de hackers e problema de infraestrutura tecnológica; e 95% do armazenamento e processamento já estão comprometidos.

¹⁸ [Transparência e Educação Fiscal](#) – Informação do Portal de Transparência é atualizada manualmente; e somente 1 dos 16 municípios é contemplado com programa de educação fiscal.

¹⁹ [Política Tributária](#) – Existem 4 regulamentações dispersas em diversos instrumentos legais; e o GAP tributário do estado é desconhecido.

²⁰ [Sistema de Administração Tributária](#) - Em 2018, a SEFAZ gastou 30 dias para atualizar a informação do Imposto de Transmissão Causas Mortis e Doações-ITCMD. O tempo entre a entrada do processo para determinação do é de 30 dias; e o Sistema de Administração Tributária (SATE) não conta com nenhuma funcionalidade para a gestão do comércio exterior.

²¹ [Fiscalização e Inteligência Fiscal](#) – Uma auditoria integral leva 240 dias; em 2018, no maior porto do estado transitaram 30.597 unidades de carga, totalizando R\$4,3 bilhões.

²² [Contencioso Fiscal e Dívida Ativa](#) – Leva aproximadamente 90 dias entre data de impugnação do contribuinte e a conclusão do processo de 1ª instância; em 2018 o tempo médio de finalização do processo em 2ª instância foi de 1,5 ano.

²³ [Atendimento ao Contribuinte](#) – O tempo médio de atendimento é de 60 minutos; existem somente 3 centrais de atendimento para 16 municípios; somente 10 dos 50 serviços existentes são on-line.

²⁴ [Modelo de Recuperação de Crédito](#) – Em 2018 o saldo de pagamentos atrasados foi de R\$3,67 milhões. A inscrição em dívida ativa do valor declarado e não pago foi R\$2,36 milhões. A quantidade de omissos foi de 212; A informação da arrecadação leva uma semana para ser disponibilizada ao tesouro.

²⁵ [Gestão de Investimentos](#) – O sobre custo médio na execução de projetos é de 41%; 100% dos projetos não contam com estudos de pré-investimento; 80% dos projetos que começaram nos últimos 5 anos não terminaram

²⁶ [Gestão Financeira](#) – O estoque da dívida de exercícios anteriores é de R\$3,63 milhões.

²⁷ [Gestão Contábil](#) – Os 5 principais sistemas do estado não estão integrados; em 2018 foram registradas 43.106 inconsistências no balanço; somente 160 dos 3.500 imóveis do estado estão regularizados.

²⁸ [Gestão da Dívida](#) - O estoque da dívida em 2018 foi de R\$2,6 bilhões, representando 18% do PIB-AP.

²⁹ [Qualidade dos Gastos Públicos](#) - Os 5 sistemas corporativos do estado não contam com interfaces para prover a informação necessária para a gestão de custos públicos.

III. OBJETIVO, DESCRIÇÃO E RESULTADOS ESPERADOS

- 3.2 O objetivo do projeto é contribuir à sustentabilidade fiscal do Estado através da: (i) modernização da gestão fazendária; (ii) melhoria da administração tributária; e (iii) melhoria da gestão do gasto público.
- 3.3 Os beneficiários do projeto serão: (i) os contribuintes e fornecedores do estado com melhores serviços disponíveis para facilitar suas obrigações; (ii) o estado do Amapá com melhor disponibilidade de recursos para levar a cabo suas políticas públicas; e (iii) toda a população do Amapá com as políticas públicas do estado.
- 3.4 **Componente I. Gestão Fazendária e Transparência Fiscal (US\$19,4 milhões).** Este componente financiará: (i) a implantação de um novo modelo de gestão estratégica do estado; (ii) ampliação do modelo de gestão de pessoas com a introdução da avaliação por competência; (iii) ao implantação de instrumentos tecnológicos para a governança, segurança e gestão de dados; (iv) renovação do hardware e do software de base do centro de dados da SEFAZ/AP; e (v) ampliação dos mecanismos de transparência e educação fiscal com a sociedade com a incorporação do controle de reclamações, publicação de dados de gestão do estado, melhora do portal de transparência e realização de seminários.
- 3.5 **Componente II. Administração Tributária e Contencioso Fiscal (US\$11,6 milhões).** Este componente financiará: : (i) ajustes nos instrumentos de apoio a política tributária referentes à concessões de benefícios e legislação; (ii) complementação e ajustes nos módulos do Sistema de Administração Tributária (SATE); (iii) implantação de um novo modelo de fiscalização eletrônica e inteligência fiscal; (iv) o fortalecimento do modelo do contencioso fiscal e da dívida ativa; (v) a implantação de um novo modelo de Atendimento Integral do Contribuinte; e (vi) a implantação de um novo modelo de recuperação do credito tributário.
- 3.6 **Componente III. Administração Financeira e Gasto Público (US\$1,6 milhões).** Este componente financiará: (i) implantação de um novo modelo de gestão de investimentos públicos; (ii) ampliação do modelo gestão financeira com incorporação da gestão de caixa, conciliação bancária e gestão de contratos; (iii) ampliação do modelo de gestão contábil com a incorporação da contabilidade patrimonial e da gestão dos bens patrimoniais; (iv) a implantação de novo modelo de gestão da dívida pública; e (v) a implantação de um novo modelo de gestão da qualidade dos gastos públicos.
- 3.7 Finalmente, foram identificados custos de administração, monitoramento, avaliação e auditoria equivalentes a 1,2% do total estimado do projeto (US\$400.000).
- 3.8 **Impactos e Resultados esperados.** Os indicadores de impacto são: (i) déficit fiscal primário/PIB/AP; (ii) arrecadação tributária/PIB/AP e (iii) dívida corrente líquida/PIB/AP. Os indicadores de resultado, entre outros, são: (i)) metas estratégicas alcançadas/total de metas planejadas; (ii) custo para arrecadar/arrecadação realizada; e (ii) orçamento planejado/executado.

IV. ASPECTOS TÉCNICOS E CONHECIMENTO DO SETOR

- 4.1 **Alinhamento Estratégico:** O projeto está alinhado com a Estratégia País no Brasil 2016-2018 (GN-2850)³⁰ com relação a promover a melhora do clima de negócios e da eficiência na gestão dos recursos públicos. Também é consistente com a Atualização da Estratégia Institucional (UIS) 2010 2020 (AB-3008) e com o desafio de produtividade e inovação de desenvolvimento, através da digitalização e simplificação de processos, instituições e o estado de direito, com o fortalecimento da receita tributária e do uso de tecnologias de ponta para melhorar o desempenho da gestão fiscal. O projeto contribui para o Marco de Resultados Institucionais (CRF) 2016-2019 (GN-2727-6) através dos indicadores de: (i) impostos como porcentagem do PIB; (ii) agências governamentais beneficiadas com ferramentas tecnológicas e de gestão; (iii) governos subnacionais beneficiados pela descentralização fiscal; e (iv) instituições com prestação de contas fortalecidas. Finalmente, está alinhado com a Estratégia de Instituições do Sector para o Crescimento e Bem-Estar Social (GN-2587-2), e é consistente com os “Marcos Setoriais”: Descentralização e Governos Subnacionais (GN-2813-8) e Política e Gestão Fiscal (GN-2831-8) nas seguintes dimensões: (i) eficiência e qualidade das despesas e prestação de serviços; (ii) cobrança de impostos; e (iii) transparência e responsabilidade. Finalmente, é compatível com as políticas do Plano Plurianual do Amapá (PPA) nos aspectos referentes ao alcance da sustentabilidade fiscal
- 4.2 **Experiencias e lições aprendidas.** O Banco conta com ampla experiência em programas de fortalecimento da gestão fiscal no Brasil, com destaque para Programa de Apoio à Modernização Fiscal dos Estados Brasileiros ([PNAFE,980/OC-BR](#)) e PROFISCO I³¹. Entre as principais lições incorporadas desses programas se destacam: (i) seguir investindo em inovação tecnológica e estratégias para evitar obsolescências; (ii) contar com liderança política para evitar alterações de prioridades e implicações nos produtos e metas; e (iii) investir no **capital humano como fator de sucesso na obtenção de resultados**.
- 4.3 A presente operação, contemplará uma série de intervenções que utilizarão inovações tecnológicas da economia digital como, dentre outras, o uso de inteligência artificial no atendimento aos cidadãos/contribuintes (chatbot), *machine learning*, *big data*, *advanced analytics* nas auditorias fiscais eletrônicas.
- 4.4 O mutuário será o Estado do Amapá e a República Federativa do Brasil será o fiador das obrigações financeiras relativas ao empréstimo. Será estabelecida uma unidade coordenadora do projeto (UCP) no âmbito da SEFAZ, com a mesma estrutura proposta no Regulamento Operativo da CCLIP. O pessoal técnico e administrativo da UCP será basicamente o mesmo que executou o PMAE.
- 4.5 Antes de iniciar a execução de atividades que requeiram a participação de ou cujos produtos sejam destinados a Procuradoria Geral, a Secretaria de Administração e a de Planejamento, a SEFAZ/AP deverá subscrever um instrumento de cooperação com tais entidades, para estabelecer os papeis e responsabilidades, com prazos definidos para cumprimento de cada uma das instituições na execução do projeto. Esta condição é crucial para garantir que as

³⁰ A estratégia segue aplicável para as operações no Brasil até a aprovação da nova estratégia, que também contemplará este projeto.

³¹ [BR-X1005: Avaliação Intermediária, 2014.](#)

entidades beneficiárias das atividades irão proporcionar a cooperação necessária à SEFAZ/AP, que estará incumbida de executá-las.

V. SALVAGUARDAS AMBIENTAIS E ASPECTOS FIDUCIÁRIOS

- 5.1 De acordo com a Política de Meio Ambiente e Cumprimento de Salvaguarda foram identificadas as políticas OP-102 (Acesso à Informação), OP-761 (Igualdade de Gênero no Desenvolvimento) e OP-703 (Meio Ambiente e Cumprimento de Salvaguardas). Este projeto foi classificado como Categoria C.

VI. TEMAS ESPECIAIS

- 6.1 Foram identificados 5 riscos de magnitude média. (i) sustentabilidade fiscal, choques externos podem dificultar o alcance das metas de arrecadação. As intervenções do projeto irão mitigar substancialmente este risco; (ii) desenvolvimento, dificuldade na preparação de especificações técnicas podem atrasar a execução. Assistência técnica será contratada para apoiar estas atividades; (iii) sustentabilidade, insuficiência de capacidade institucional e de recursos financeiros podem dificultar a manutenção dos avanços alcançados e dos produtos implementados. A capacitação continuada e contratos com manutenção de longo prazo irão mitigar essa ocorrência; (iv) governabilidade, várias secretarias (3) participando na operação pode gerar problemas de coordenação com atrasos na execução. Serão firmados termos de compromisso sobre a responsabilidade de cada secretaria na execução; e (v) fiduciário, insuficiente conhecimento nas políticas de aquisição do Banco podem gerar atrasos na execução. O Banco prestará assistência técnica e capacitação ao organismo executor.

Sustentabilidade. O fator mais relevante da sustentabilidade é que o pessoal de TI não seja capaz de absorver os novos instrumentos tecnológicos, o que prejudicaria sua manutenção e evolução. Nos contratos de manutenção mencionados serão incluídas cláusulas de transmissão de conhecimento e no planejamento/orçamento da SEFAZ/AP serão assegurados recursos para manutenção, atualização e segurança de TI.

VII. RECURSOS E CRONOGRAMA DE PREPARAÇÃO

- 7.1 O cronograma de preparação inclui: (i) distribuição da Proposta para Desenvolvimento da Operação (POD) para a Revisão de Qualidade e Risco (QRR) até 19 de agosto; (ii) aprovação do Projeto de Proposta de Empréstimo (DLP) pelo Comitê de Políticas Operacionais (OPC) no dia 27 de setembro; e (iii) apresentação ao Diretório (COW) até 23 de outubro de 2019. Aproximadamente US\$85.000 serão usados para viagens para missões e consultoria.

Development Effectiveness Matrix		
Summary		
I. Corporate and Country Priorities		
1. IDB Development Objectives	Yes	
Development Challenges & Cross-cutting Themes	-Productivity and Innovation -Institutional Capacity and the Rule of Law	
Country Development Results Indicators	-Percent of GDP collected in taxes (%) -Government agencies benefited by projects that strengthen technological and managerial tools to improve public service delivery (#)* -Subnational governments benefited by decentralization, fiscal management and institutional capacity projects (#)* -Accountability institutions strengthened (#)*	
2. Country Development Objectives	Yes	
Country Strategy Results Matrix	GN-2850	The Project will contribute to the objectives of i) improving the business climate, by increasing the number and quality of services offered to businesses and taxpayers, and by simplifying the processes to open new businesses and to pay taxes; and ii) improving the efficiency of public
Country Program Results Matrix		The intervention is not included in the 2019 Operational Program.
Relevance of this project to country development challenges (If not aligned to country strategy or country program)		
II. Development Outcomes - Evaluability		Not Evaluable
3. Evidence-based Assessment & Solution	6.2	
3.1 Program Diagnosis	2.6	
3.2 Proposed Interventions or Solutions	3.6	
3.3 Results Matrix Quality	0.0	
4. Ex ante Economic Analysis	0.0	
4.1 Program has an ERR/NPV, or key outcomes identified for CEA	0.0	
4.2 Identified and Quantified Benefits and Costs	0.0	
4.3 Reasonable Assumptions	0.0	
4.4 Sensitivity Analysis	0.0	
4.5 Consistency with results matrix	0.0	
5. Monitoring and Evaluation	0.0	
5.1 Monitoring Mechanisms	0.0	
5.2 Evaluation Plan	0.0	
III. Risks & Mitigation Monitoring Matrix		
Overall risks rate = magnitude of risks*likelihood	Medium	
Identified risks have been rated for magnitude and likelihood	Yes	
Mitigation measures have been identified for major risks		
Mitigation measures have indicators for tracking their implementation		
Environmental & social risk classification	C	
IV. IDB's Role - Additionality		
The project relies on the use of country systems		
Fiduciary (VPC/FMP Criteria)	Yes	Financial Management: Budget, Treasury, Accounting and Reporting. Procurement: Information System, Price Comparison.
Non-Fiduciary	Yes	Statistics National System.
The IDB's involvement promotes additional improvements of the intended beneficiaries and/or public sector entity in the following dimensions:		
Additional (to project preparation) technical assistance was provided to the public sector entity prior to approval to increase the likelihood of success of the project		

Note: (*) Indicates contribution to the corresponding CRF's Country Development Results Indicator.

Evaluability Assessment Note: The purpose of this note is to provide an overall assessment of the project's evaluability based on the standards described in the Evaluability Guidelines, as well as to ensure that the Board understands why scores were or were not given to the project. The following information should be developed in order to achieve this purpose. Assess and summarize the diagnosis and the level of empirical evidence to support it. Assess and summarize the level of empirical evidence (or cost-effectiveness) of the solution proposed. Assess and comment on the Results Matrix Quality. Assess and describe the evaluation methodology ex ante and ex post to be used by the project to demonstrate its results. Describe the main type of risk the operation is subject to and its intensity. Describe whether mitigation measures are in place and whether they can be monitored during the life of the project.



Safeguard Policy Filter Report

Operation Information

Operation		
BR-L1525 Fiscal Management Modernization Project for the State of Amapa - PROFISCO II AP		
Environmental and Social Impact Category	High Risk Rating	
C		
Country	Executing Agency	
BRAZIL	BR-BR-SEFAZ/AP - Secretaria de Estado da Fazenda del Estado de Amapa	
Organizational Unit	IDB Sector/Subsector	
Fiscal Management Division	DECENTRALIZATION & INTERGOVERNMENTAL RELATIONS	
Team Leader	ESG Primary Team Member	
JOSE BARROSO TOSTES NETO		
Type of Operation	Original IDB Amount	% Disbursed
Loan Operation	\$30,000,000	0.000 %
Assessment Date	Author	
10 Apr 2019	mkevish Project Assistant	
Operation Cycle Stage	Completion Date	
ERM (Estimated)	3 May 2019	
QRR (Estimated)	28 Jun 2019	
Board Approval (Estimated)		
Safeguard Performance Rating		
Rationale		



Safeguard Policy Filter Report

Potential Safeguard Policy Items

[No potential issues identified]

Safeguard Policy Items Identified

B.1 Bank Policies (Access to Information Policy– OP-102)

The Bank will make the relevant project documents available to the public.

B.1 Bank Policies (Gender Equality Policy– OP-761)

The operation will offer opportunities to promote [gender equality](#) or [women's empowerment](#).

B.2 Country Laws and Regulations

The operation is expected to be in compliance with laws and regulations of the country regarding specific women's rights, the environment, gender and indigenous peoples (including national obligations established under ratified multilateral environmental agreements).

B.3 Screening and Classification

The operation (including [associated facilities](#)) is screened and classified according to its potential environmental impacts.

B.7 Supervision and Compliance

The Bank is expected to monitor the executing agency/borrower's compliance with all safeguard requirements stipulated in the loan agreement and project operating or credit regulations.

B.17. Procurement

Suitable safeguard provisions for the procurement of goods and services in Bank financed operations may be incorporated into project-specific loan agreements, operating regulations and bidding documents, as appropriate, to ensure environmentally responsible procurement.

Recommended Actions

Operation has triggered 1 or more Policy Directives; please refer to appropriate Directive(s). Complete Project Classification Tool. Submit Safeguard Policy Filter Report, PP (or equivalent) and Safeguard Screening Form to ESR.

Additional Comments

[No additional comments]



Safeguard Screening Form

Operation Information

Operation		
BR-L1525 Fiscal Management Modernization Project for the State of Amapa - PROFISCO II AP		
Environmental and Social Impact Category	High Risk Rating	
C		
Country	Executing Agency	
BRAZIL	BR-BR-SEFAZ/AP - Secretaria de Estado da Fazenda del Estado de Amapa	
Organizational Unit	IDB Sector/Subsector	
Fiscal Management Division	DECENTRALIZATION & INTERGOVERNMENTAL RELATIONS	
Team Leader	ESG Primary Team Member	
JOSE BARROSO TOSTES NETO		
Type of Operation	Original IDB Amount	% Disbursed
Loan Operation	\$30,000,000	0.000 %
Assessment Date	Author	
10 Apr 2019	mkevish Project Assistant	
Operation Cycle Stage	Completion Date	
ERM (Estimated)	3 May 2019	
QRR (Estimated)	28 Jun 2019	
Board Approval (Estimated)		
Safeguard Performance Rating		
Rationale		

Operation Classification Summary

Overriden Rating	Overriden Justification
Comments	



Safeguard Screening Form

Conditions / Recommendations

No environmental assessment studies or consultations are required for Category "C" operations.

Some Category "C" operations may require specific safeguard or monitoring requirements (Policy Directive B.3). Where relevant, these operations will establish safeguard, or monitoring requirements to address environmental and other risks (social, disaster, cultural, health and safety etc.)

The Project Team must send the PP (or equivalent) containing the Environmental and Social Strategy (the requirements for an ESS are described in the Environment Policy Guideline: Directive B.3) as well as the Safeguard Policy Filter and Safeguard Screening Form Reports.

Summary of Impacts / Risks and Potential Solutions

Disaster Risk Summary

Disaster Risk Level

Low

Disaster / Recommendations

No specific disaster risk management measures are required.

Disaster Summary

Details

The project is classified as low disaster risk because the occurrence of the hazard event does not impact in the achievement of project outcomes.

Actions

Operation has triggered 1 or more Policy Directives; please refer to appropriate Directive(s). Complete Project Classification Tool. Submit Safeguard Policy Filter Report, PP (or equivalent) and Safeguard Screening Form to ESR.

ESTRATÉGIA SOCIAL E AMBIENTAL

I. DESCRIÇÃO DO PROJETO

- 1.1 De acordo com as conclusões do Informe do Filtro das Políticas de Salvaguarda (OP-703) esta operação está classificada como Categoria C (Ver anexo II). Isto está consistente com a avaliação feita pela equipe do projeto porque se trata de uma operação para a modernização das finanças públicas de um ente governamental subnacional. Consequentemente, a preparação de uma estratégia Ambiental não será necessária, pois não haverá financiamento de obras civis ou de infraestrutura.

ÍNDICE DE TRABALHOS SETORIAIS

Estudos/Documents Técnicos	Descrição	Estado	Referência eletrônica
Diagnostico	Boletim das Finanças públicas do Entes Subnacionais 2018	Completado 2018	Link
	IBGE Contas Regionais Amapá PIB 2016	Completo 2018	Não publicado (colocar link)
	Observatório das Finanças Públicas Estaduais 2018 (Senado Federal)	Completo 2018	Link
	Amapá Economia em Dia DEPEC 2019	Completo 2019	Link
	Amapá Planejamento Orçamentário – Portal da transparência 2018	Completo 2018	Link
	Amapá prestação de Contas – Portal da transparência 2018	Completo 2018	Link
	Amapá Responsabilidade Fiscal – Portal da transparência 2018	Completo 2018	Link
	Plano de Desenvolvimento Institucional UFA 2015-2019	Completo 2016	Link

CONFIDENCIAL

¹ La información contenida en este Anexo es de carácter deliberativo, y por lo tanto confidencial, de conformidad con la excepción relativa a "Información Deliberativa" contemplada en el párrafo 4.1 (g) de la "Política de Acceso al Información" del Banco (Documento GN-1831-28).